

DECRETO Nº 67, DE 3 DE JULHO DE 2025

Reajusta o valor da tarifa técnica do transporte coletivo, seletivo e distrital do Município de Santa Maria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Transportes deliberou, em 18 de junho de 2025, o reajuste do transporte coletivo urbano e distrital;

CONSIDERANDO a votação do Conselho Municipal de Transportes de Santa Maria, que por 11 votos favoráveis e 3 contrários aprovou a planilha de custos do transporte coletivo urbano e distrital de Santa Maria, com indicação de manutenção do subsídio tarifário;

CONSIDERANDO a necessidade do equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, conforme Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e a Lei nº 8987, de 13 de fevereiro de 1995;

CONSIDERANDO o princípio da anualidade determinado pela legislação federal que obriga o poder concedente a revisão das tarifas;

CONSIDERANDO o aumento do preço dos insumos, e principalmente a garantia de reajuste nos salários e benefícios dos trabalhadores rodoviários;

CONSIDERANDO que o serviço de transporte público necessita de uma política perene de subsídio como forma de manter a tarifa pública que contemple o poder aquisitivo da população conforme determina a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a data base dos trabalhadores rodoviários que é 1º de fevereiro, e que esse é o maior custo do serviço de transporte público;

CONSIDERANDO que o Município vem tomando medidas concretas para que a população volte a utilizar esse serviço público essencial, tais como reduzir o valor da tarifa pública cobrada dos usuários através de subsídio direto, otimização de linhas e tabelas de horários para melhor atendimento ao público;

CONSIDERANDO a difícil situação financeira que vem assolando os municípios brasileiros e em especial Santa Maria, em razão das várias situações de calamidade climática que sofremos nos últimos meses, DECRETA:

Art. 1º A partir da zero hora do dia seis de julho do corrente ano a Tarifa técnica do transporte coletivo urbano de passageiros por ônibus de Santa Maria será de R\$ 7,65 (sete reais e sessenta e cinco centavos), conforme planilha elaborada no exercício 2024/2025, pela Secretaria de Serviços Públicos, conforme

parecer do Conselho Municipal de Transportes, em sessão realizada no dia 18 (dezoito) de junho de 2025.

§ 1º As tarifas públicas cobradas dos usuários a partir da zero hora do dia 6 de julho de 2025 serão:

I - Cartão Vale-Transporte e Cartão Cidadão R\$ 5,90 (cinco reais e noventa centavos);

II - pagamento em dinheiro R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos);

III - Cartão Estudante, R\$ 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos);

IV - Cartão Estudante Integrado R\$ 1,62 (um real e sessenta e dois centavos);

V - Cartão Cidadão Integrado e Cartão Vale-Transporte Integrado R\$ 3,82 (três reais e oitenta e dois centavos);

VI - os demais cartões de pagamento terão tarifa pública com valor idêntico ao da tarifa técnica;

§ 2º Aos domingos e feriados a tarifa será idêntica as descritas no § 1º

§ 3º As tarifas do transporte distrital terão o mesmo índice de reajuste da Tarifa Técnica.

Art. 2º Deverá a Secretaria de Município de Serviços Públicos exercer rigorosa fiscalização, buscando a melhor prestação do serviço do transporte coletivo, fazendo com que os horários e itinerários sejam efetivamente cumpridos, bem como evitar o excesso de lotação, sob pena das sanções previstas em Lei.

Art. 3º Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Santa Maria, aos três dias do mês de julho de 2025.

Rodrigo Decimo
Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 21/07/2025

DECRETO Nº 11/2024

**CONCEDE REAJUSTE DE TARIFA DO TRANSPORTE
COLETIVO URBANO.**

ANGELA SCHUMACHER SCHUH, Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, e, ainda;

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 3121, de 10 de maio de 1999, em seu artigo 25 e parágrafos, e a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO a preocupação do Poder Público em oferecer à coletividade um transporte coletivo compatível com suas necessidades;

CONSIDERANDO que para a fixação das tarifas leva-se em consideração o custo operacional, a reposição da frota para a realização do serviço, as isenções fixadas pela legislação, e, principalmente, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro previsto nas Leis Federais nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, e nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, CONSIDERANDO o pedido de reajuste da tarifa de transporte coletivo urbano que recebeu parecer opinativo favorável emitido pelo Conselho Municipal de Transporte, em atenção à lei Municipal nº 4.251, de 12 de setembro de 2013, RESOLVE:

D E C R E T A R

Art. 1º Fica concedido à empresa Transporte Nossa Senhora das Graças Ltda, o reajuste da tarifa para o Transporte Coletivo Urbano, passando a vigorar os seguintes valores:

I - passagem normal: R\$ 6,00 (seis reais);

II - passagem escolar: R\$ 3,00 (três reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir da 0h (zero hora) do dia 29 de Janeiro de 2024.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cachoeira do Sul, 25 de Janeiro de 2024.

ANGELA SCHUMACHER SCHUH
Prefeita Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.



Portal de Legislação do Município de Frederico Westphalen / RS

DECRETO MUNICIPAL Nº 057, DE 23/07/2025

REAJUSTA A TARIFA DE PASSAGEM DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO, FIXADA PELO DECRETO Nº 78, DE 20 DE AGOSTO DE 2024, CONTRATO ADMINISTRATIVO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2010, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FREDERICO WESTPHALEN (RS), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo [art. 51 da Lei Orgânica Municipal](#).

CONSIDERANDO o disposto na cláusula quinta do Contrato Administrativo de 09 de fevereiro de 2010;

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 1º do Decreto Municipal nº 099, de 1º de julho de 2015;

CONSIDERANDO o Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), verificado no período compreendido entre julho de 2024 a junho de 2025;

DECRETA:

Art. 1º É concedida a revisão tarifária do serviço de transporte coletivo à empresa AIRTON M.R. SANTOS & CIA LTDA ME, CNPJ 04.374.550/0001-21, através do contrato administrativo datado de 09 de fevereiro de 2010, com o aumento de R\$ 0,20 (vinte centavos) em relação ao valor fixado pelo [Decreto nº 078/2024](#), passando, assim, a tarifa para R\$ 4,00 (quatro reais), a contar de 01 de agosto de 2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Frederico Westphalen/RS. aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco.

*Orlando Girardi
Prefeito Municipal*

*Registre-se e publique-se.
Ato publicado em 23/07/2025.*

*Ernesto Tarcisio Baggio
Sec. Mun. da Administração*

LEI MUNICIPAL Nº 6.396, DE 18 DE AGOSTO DE 2025.

ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.146, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVANDRO LUIS MASSING, Prefeito Municipal de Palmeira das Missões, FAÇO SABER, no uso das atribuições que são conferidas pelo art. 79, inciso IV da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º. da Lei Municipal nº 5.146, de 29 de novembro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º O valor da tarifa da passagem do transporte coletivo urbano na cidade de Palmeira das Missões, passa a ser de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos)".

Art. 2º O valor de que trata o artigo anterior passa a valer a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor 10 dias após a data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PALMEIRA DAS MISSÕES, EM 18 DE AGOSTO DE 2025.

EVANDRO LUIS MASSING
Prefeito Municipal

:

CARLOS DA SILVA DOS SANTOS
Secretário Municipal da Administração e Governança

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 089 DE 13 DE AGOSTO DE 2025.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, Encaminhamos o Projeto de Lei Ordinária Municipal nº 089/2025, que ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.146, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Na oportunidade estamos enviando o indigitado projeto de lei, porquanto há necessidade premente de que tal reajuste seja aplicado.

Observa-se que há, em tramitação, o projeto de lei que vai dar um aporte necessário para a subsistência racional e lógica do sistema de transporte municipal à Empresa permissionária, o qual tem, como Vossas Excelências muito sabem, caráter básico na mobilidade urbana.

A Empresa permissionária apresentou um quadro demonstrativo, cumprindo os ditames da Lei Municipal nº 1934/1992, que em seus artigos 37, 38 e 39, tratam da política tarifária do Município, bem como o seu artigo 9º que também trata das relações contratuais, tudo sob a égide das Leis Federais nºs 8.987/1995 e 9.074/1995, o que torna a tabela anexa válida e conforme as leis e a Constituição da República Federativa do Brasil.

Art. 9º Os termos de concessão e termos aditivos, destinam-se a estabelecer ou alterar tarifas, trajetos, horários, extinção de linhas, de número de viagens diurnas ou noturnas, tipo de veículos a serem utilizados e outras medidas previstas nesta Lei e necessárias à organização do Serviço.

Parágrafo único. O termo aditivo, resumido em suas características principais, será averbado no termo de concessão a que se referir.

[...]

Art. 37. Para efeitos desta Lei, de tarifas de cada linha serão fixadas mediante levantamento que indique o custo do quilômetro por linha de transporte coletivo, tomando como seus componentes o custo do veículo, carrocerias, peças, pneus, combustíveis, administração, salários e lucros, aprovado em última instância pela Câmara Municipal.

Art. 38. Nas linhas de transporte coletivo rural, os valores das tarifas serão diferenciadas para cada 5(cinco) KM percorridos.

Art. 39. Para fins de fixação de tarifas e de aprimoramento operacional, a Prefeitura exercerá a mais ampla fiscalização e procederá vistorias e diligências com vistas ao cumprimento das disposições desta Lei e demais regulamentos da matéria.

Anexa-se, neste ensejo, a tabela supracitada, para análise de Vossas Excelências.

Pelas razões acima expostas, julgamos oportuna e necessária à elaboração do presente Projeto de Lei, que submetemos ao crivo desse Egrégio Poder, rogando sua apreciação e aprovação.

Outrossim, solicitamos que o referido Projeto de Lei seja aprovado em Regime de Urgência.

Atenciosamente, EVANDRO LUIS MASSING

Prefeito Municipal

Of. Gab. nº 183/2025 Palmeira das Missões/RS, 13 de agosto de 2025.

Excelentíssimo Senhor:

ANTONIO DA ROCHA VEZARO

DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Palmeira das Missões - RS.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Nesta oportunidade em que o cumprimentamos cordial e respeitosamente, dirigimo-nos a Vossa Excelência para encaminhar-lhe o Projeto de Lei Ordinária nº 089/2025, que ALTERA O ART. 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 5.146, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Outrossim, solicitamos que o referido Projeto de Lei seja aprovado em REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA.

Atenciosamente, EVANDRO LUIS MASSING

Prefeito Municipal

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 22/08/2025